



ENTREVISTA

Luiza Bairros

Ministra da Seppir fala sobre discriminação no Brasil

PÁGINA 11

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANPT participa de Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Durante a semana que envolveu o dia 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, diversas ações foram realizadas em todo o país para marcar a data. A Associação esteve presente aos eventos e ressaltou o interesse e a preocupação da categoria em relação ao tema.



Foto: Ascom/TRT-MA

▶ PÁGINAS 6 e 7



Foto: Ascom/ANPT

Banimento do amianto no Brasil é tema de reuniões no STF

Memoriais que abordam a necessidade de se banir por completo o mineral foram entregues a ministros do STF, a exemplo de Rosa Maria Weber. A expectativa é no sentido de que a Suprema Corte acolha o pleito da ANPT e de outras entidades associativas.

▶ PÁGINA 3

FRENTAS

Entidades definem atuação para 2012

Página 8

PONTO ELETRÔNICO

Nota pública defende a utilização do sistema

Página 9

Caro Associado,

O ano de 2012 teve início sem que cessasse a movimentação em favor da recuperação do poder aquisitivo dos membros do Ministério Público. A mudança do ano, porém, constitui sempre oportunidade para renovar energias e rever estratégias.

Já nos primeiros meses de 2012, a Associação participou, ativamente, da programação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Essa causa é acompanhada sempre de perto pela ANPT. Diversos eventos foram realizados. Esperamos ter ajudado a manter o processo de sensibilização da sociedade para um tipo de exploração que há muito já deveria ter sido extinto.

Nesta edição do informativo da ANPT pode-se acompanhar, também, a luta constante da entidade para o banimento total da fibra de amianto no Brasil. As visitas aos ministros do Supremo Tribunal Federal foram importantes para demonstrar a mobilização social em torno desta causa. É nosso dever estatutário defender os direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, em especial o direito dos trabalhadores à saúde.

Lutas como o combate ao trabalho escravo e pelo banimento do amianto mostram a dimensão social da nossa atuação, a extrapolar a questão meramente corporativa (cuja relevância também se mostra, obviamente, inquestionável). Tais lutas, contudo, demonstram a importância da atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho e legitimam a busca pela valorização da carreira.

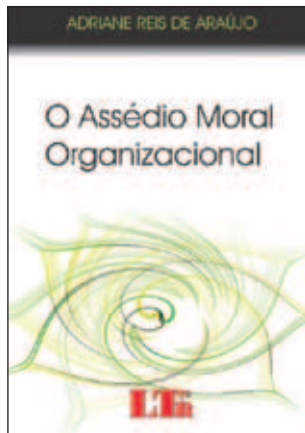
A Associação participou do seminário que discutiu o mundo do trabalho e a crise capitalista, tema muito atual e com influência direta em nossas vidas. A ANPT fez-se presente, também, na abertura do ano judiciário, realizada na Suprema Corte.

A propósito, a nomeação da Ministra Rosa Weber para a mais alta Corte é um fato a ser comemorado por todos os que defendem a importância do Direito Social. Mesmo tendo sido empossada há tão pouco tempo, ela já se destaca como interlocutora da sociedade junto à Suprema Corte, dentro, evidentemente, dos parâmetros que a Constituição da República estabelece para a atuação dos membros daquela Corte Constitucional. A ANPT, no seu papel de articulação social, contará, certamente, com esse canal de comunicação.

Como se disse, o período de transição entre o ano velho e o ano novo não importou em diminuição do esforço da diretoria da ANPT em bem atender aos interesses dos associados. Mas é com os ânimos renovados que continuamos nessa batalha.

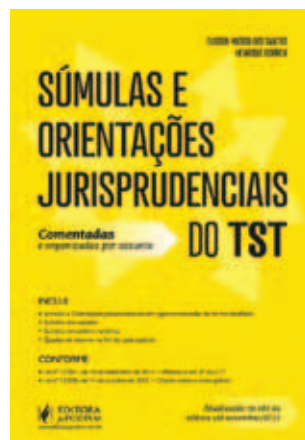
Boa leitura!
Diretoria da ANPT

Assédio moral é tema de livro lançado por procuradora do Trabalho



A associada da ANPT Adriane Reis de Araújo lançou o livro “O Assédio Moral Organizacional”, que pretende responder várias questões sobre o assédio moral coletivo dentro do ambiente de trabalho, seus atores, mecanismos e finalidades. A obra tem como objetivo construir um conceito sobre o tema com a finalidade de encontrar respostas jurídicas eficientes para o seu combate e sua prevenção. O livro estuda os diversos modelos de gestão de mão de obra, como Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, para revelar os instrumentos de disciplinamento do trabalhador na produção empresarial.

Livro aborda súmulas e orientações jurisprudenciais do TST



Os associados da ANPT Élisson Miesas dos Santos e Henrique Correia lançaram o livro “Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST, comentadas e organizadas por assunto”. A obra é voltada para aqueles que militam na área trabalhista, assim como para candidatos que pretendem prestar concurso para o MPT, AGU e afins. Todo o trabalho foi desenvolvido numa visão sistêmica e integrada dentro do contexto prático do Direito e do processo do trabalho e da jurisprudência sumulada do TST, que é o responsável pela uniformização do Direito do Trabalho em todo o Brasil, por meio da sua jurisprudência pacificada.

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Estagiária: Natália Moraes, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.600 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. “5”, Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT participa de reunião com vice-presidente do STF para tratar da questão do amianto no Brasil

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram no dia 22 de fevereiro de reunião com o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, oportunidade na qual fora discutida a questão do amianto no Brasil, cujo banimento é defendido pela ANPT e por outras entidades, entregando memoriais acerca da matéria. O ministro é relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3357, que contesta a Lei estadual nº11.643/2001, a qual, por sua vez, proíbe a produção e a comercialização de produtos à base de amianto no âmbito do Rio Grande do Sul.

Acompanhados dos advogados Roberto de Figueiredo Caldas, Mauro Menezes e Gustavo Ramos, do diretor financeiro da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Gilberto Augusto Leitão Martins, do presidente da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), Eliezer Souza, e da auditora-fiscal do trabalho Fernanda Giannasi, os representantes



Vice-presidente do STF recebeu a diretoria da ANPT

da ANPT relataram ao ministro Ayres Britto a recente decisão da Justiça italiana que condenou dois antigos proprietários da empresa Eternit pela morte de cerca de três mil pessoas, vítimas do amianto naquele país.

O ministro Ayres Britto também é relator da ADI 4066, ajuizada pela ANPT e pela Anamatra, que contesta a Lei Federal nº 9.055/95 por permitir a exploração e a utilização industrial e comercial do amianto branco (variedade crisotila), sendo que, na referida ADI, defende-se que a utilização de nenhum tipo de amianto se mostra

seguro, de modo que pleiteia seu total banimento em todo o território nacional. O grupo também pediu que o ministro leve a julgamento essa ADI com a maior brevidade possível, por considerar que o assunto está bastante amadurecido e merece um pronunciamento do STF.

Também esteve presente à audiência o deputado estadual paulista Marcos Martins, autor da lei que banuiu o amianto no Estado de São Paulo. Ele apresentou ao ministro testemunhos sobre os efeitos nocivos do amianto, especialmente em sua região. **N**

Amianto é tema de visita ao gabinete da ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Maria Weber recebeu no dia 24 de fevereiro a visita do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e dos advogados Roberto de Figueiredo Caldas, Mauro Menezes e Gustavo Ramos, para discutir a questão do banimento do amianto do Brasil.

A exemplo da reunião que acontecera com o vice-presidente do STF, Carlos Ayres Britto, o grupo abordou a situação



Ministra Rosa Weber será a homenageada do XVII CNPT

Foto: Ascom/ANPT

de trabalhadores envolvidos com o amianto e demonstraram a preocupação da entidade e dos advogados com a causa.

No final da reunião, Caixeta entregou, ainda, o convite para a solenidade de abertura do XVII CNPT, que tem como tema este ano “O Ministério Público

Brasileiro”, oportunidade na qual a ministra será homenageada. Rosa Weber, por sua vez, mostrou-se muito satisfeita com a visita do grupo e, em relação ao convite para o CNPT, a ministra ressaltou o carinho que tem pela entidade e agradeceu a homenagem, que foi prontamente aceita. **N**

Comissão executiva da Conatrae acerta detalhes sobre Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Foto: Ascom/ANPT

Foi realizada no dia 10 de janeiro, na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília, a primeira reunião do ano de 2012 da comissão executiva da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Entre os pontos discutidos, o grupo definiu detalhes importantes referentes à Semana e ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28 de janeiro). O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na reunião.



Deliberou-se que, ao longo da semana que antecedeu o dia 28 de janeiro, diversos Estados realizariam eventos para marcar a data, cujo principal objetivo seria chamar a atenção para o combate ao trabalho escravo no Brasil. Outro ponto bastante discutido durante o encontro

foi a necessidade de se intensificar a atuação da Comissão, no Congresso Nacional, no sentido de conseguir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001. A PEC prevê o confisco de terras onde for encontrado trabalhador em situação de escravidão.

Entre as sugestões apresentadas para possibilitar uma maior aproximação com o parlamento, está a realização de um café da manhã com deputados e senadores. O evento deverá acontecer na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. **N**

Eventos em todo o país marcam o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Pelo terceiro ano consecutivo, entidades públicas e organizações civis realizaram na última semana de janeiro atos e debates para marcar o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28 de janeiro). Assim como em 2010 e 2011, atividades foram programadas em vários estados do país para chamar atenção sobre o problema e mobilizar por avanços na erradicação do trabalho escravo contemporâneo. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) é uma das entidades que participam, ativamente, dessa luta e, inclusive, apoiou e participou da realização dos eventos ao longo de tal semana.



Trabalho Escravo
Vamos abolir de vez
essa vergonha

O dia 28 de janeiro foi oficializado como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo como forma de homenagear os auditores fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados nesta data em 2004, durante fiscalização na zona rural de Unai (MG). Entre as atividades realizadas este ano também estiveram manifestações exigindo o julgamento dos envolvidos na “Chacina de Unai”, como ficou conhecido o episódio. Quatro réus se encontram em liberdade, beneficiados por *habeas corpus*, e outros cinco (acusados de participar da execução) permanecem presos. **N**

Campanha Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval 2012



Foto: Ascom/ANPT

Grupo reunido na Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República

Integrantes da Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes estiveram reunidos no dia 25 de janeiro, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), para analisar propostas de campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, que seria veiculada no período de carnaval deste ano. O diretor financeiro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Mauricio Correia de Mello, representou a entidade durante a reunião.

O conceito escolhido para a campanha deste ano foi o de “proteção” e, nesse sentido, as agências responsáveis pela criação

dos materiais enviaram suas propostas. Três foram previamente selecionadas e, durante a reunião, o grupo escolheu a que mais se aproximava do conceito de proteção integral de crianças e adolescentes. Após a escolha, os integrantes da Comissão fizeram sugestões de melhoria que deveriam ser feitas na campanha selecionada.

Vale lembrar que a Comissão Intersectorial foi instituída, no âmbito da SDH, em outubro de 2007, com a finalidade de articular ações e políticas públicas em consonância com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Diversos órgãos públicos e privados integram a Comissão, dentre eles a ANPT. **■**

Fórum Social Temático discute Combate ao Trabalho Escravo

No Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28 de janeiro), o Fórum Social Temático (FST), realizado no Rio Grande do Sul, abordou o tema “Com trabalho escravo, não há desenvolvimento sustentável”, no qual se analisou a relação entre o trabalho em condições análogas às de escravo e os danos ao meio ambiente. O objetivo foi o de chamar atenção sobre o problema e mobilizar por avanços na erradicação do trabalho escravo contemporâneo. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião.

Em seu pronunciamento, o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, criticou a dificuldade que determinados segmentos têm de identificar o que configura condições degradantes de trabalho, deixando muitas vezes de reconhecer a prática do crime previsto no art. 149 do Código Penal. Disse que é importante observar as condições que afrontam a dignidade do trabalhador e buscar a responsabilização na esfera cri-



Foto: Ascom/PRT-RS

Debates realizados durante o Fórum possibilitaram interação com os participantes

minal. Já a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, anunciou que o governo federal e parceiros estão trabalhando para reforçar instrumentos para erradicar o trabalho escravo no Brasil, enfatizando, ainda, que o enfrentamento do problema passa, também, pela inclusão dos trabalhadores libertados. **■**

Seminário sobre o mundo do Trabalho e a crise capitalista tem participação da ANPT

Foi realizado, nos dias 27 e 28 de janeiro, durante a programação do Fórum Social Mundial, o seminário “Mundo do Trabalho e Crise Capitalista: em busca de Justiça Social”, promovido pela *Asociación Latinoamericana de Abogados Laboristas (ALAL)*. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que teve a entidade como uma de suas apoiadoras.

No dia 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, o vice-presidente da ANPT proferiu palestra tendo como tema “O Trabalho Escravo no Brasil e na América Latina”. Na ocasião, Azevedo Lima chamou a atenção, primeiramente, para a relevância da data em que tal questão era debatida. Ressaltou, ainda, a importância da realização do evento no âmbito do Fórum Social Mundial, que este ano teve como tema a questão da sustentabilidade.

O procurador traçou um histórico do trabalho escravo no Brasil, abordando os tratados e convenções internacionais referentes ao tema, assim como a legislação nacional que trata da matéria. Em seguida, Azevedo Lima discorreu acerca das características do trabalho escravo rural e urbano, ressaltando que, em relação a este último, é comum a exploração de imigrantes de países da América Latina, a exemplo de bolivianos.

O representante da ANPT ainda apresentou uma série de esclarecimentos acerca da forma por meio da qual se dá a atuação do

Foto: Ascom OAB-RS



Ministério Público do Trabalho (MPT) no combate ao trabalho em condições análogas às de escravo. Após apresentar fotos de situações reais constatadas em operações nas quais trabalhadores foram resgatados, o vice-presidente da ANPT comentou sobre alternativas, além dos resgates, das ações e dos TACs, que vêm sendo adotadas no combate a essa situação.

No dia anterior, durante a solenidade de abertura do evento promovido pela ALAL, o vice-presidente da ANPT ressaltou a relevância dos temas que seriam debatidos ao longo do seminário, tais como, além do trabalho escravo, também as questões referentes ao trabalho infantil, à liberdade sindical, às fraudes trabalhistas, à discriminação nas relações do trabalho, dentre outros. **N**

Lançado em Brasília manual de combate ao trabalho escravo

Foi lançado no dia 24 de janeiro, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o “Manual de combate ao trabalho em condições análogas às de escravo”. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou deste que foi o primeiro evento promovido em 2012 em alusão à Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

O manual é fruto da reflexão e do trabalho de diversos auditores fiscais que estiveram envolvidos diretamente com o combate ao trabalho em condições análogas às de escravo no decorrer dos últimos dezesseis anos. Segundo Azevedo Lima, o livro “apresenta-se como ferramenta de grande valia para colaborar na luta

Foto: Ascom/ANPT



contra o trabalho escravo, notadamente pelas informações apresentadas de maneira didática, com caráter bem prático, que poderão ser – e serão, certamente – utilizadas pelos profissionais competentes, em todo o país, na sua atuação cotidiana no combate a essa chaga”. O ministro interino do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto Pinto, destacou que o trabalho realizado

em condição degradante constitui uma séria violação de direitos humanos, que deve ser combatida com todo vigor pelo Estado Brasileiro. Já a secretária de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Lúcia Albuquerque, lembrou que o manual destaca, além dos temas mais comuns em relação ao combate ao trabalho escravo, questões como a do trabalhador estrangeiro e do tráfico de pessoas. **N**

Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo tem participação da ANPT em diversos Estados

Foto: Ascom/TRT-MA



“A participação de tantas instituições representa um importante passo para a erradicação do trabalho escravo na região”

O Estado do Maranhão sediou no dia 26 de janeiro, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT), em São Luis, a abertura da programação estadual da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que reuniu autoridades dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, advogados e representantes da sociedade civil em geral.

O representante da ANPT falou sobre a importância da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, enfatizando, ainda, a relevância do evento ocorrido no Estado do Maranhão, haja vista ser um dos locais onde essa prática mais é constatada, “o que se dá não apenas pela exploração ocorrida em seu próprio território, mas, também, por meio do aliciamento de trabalhadores aqui no Estado, que são levados para vários outros locais do país, onde sua dignidade é afrontada de maneira absurda”. Azevedo Lima ressaltou, ainda, que a participação de tantas entidades e instituições representa um importante passo para a erradicação do trabalho em condições análogas às de escravo na região.

Durante seu pronunciamento, o vice-presidente da ANPT chamou a atenção para a necessidade de maior conscientização e, também, para uma mudança cultural no âmbito de toda a sociedade. Outro ponto levantado pelo procurador, ainda,

foi a necessidade de se intensificar, na esfera penal, as condenações daqueles que submetem trabalhadores a situações análogas às de escravos. Além disso, ressaltou que é fundamental a implementação, cada vez mais, de políticas públicas para que os trabalhadores resgatados tenham alternativas e não voltem a se submeter a tais situações, bem como para que não continuem a surgir diariamente novas vítimas. “O Maranhão tem bons exemplos nessa linha de atuação, como o projeto ‘Resgatando a Cidadania’, por meio do qual se busca a conscientização e melhor formação dos trabalhadores, assim como a criação de alternativas de trabalho, principalmente as ligadas ao cooperativismo e à economia solidária”, afirmou.

Ainda durante o evento, foi assinado Termo de Cooperação Técnica, cujo objetivo é a realização de ações conjuntas sistematizadas que tornem mais eficientes o enfrentamento ao trabalho escravo

no Maranhão. Assinaram o documento o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Tribunal Regional do Trabalho, o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a Polícia Rodoviária Federal, Secretarias do Poder Executivo Estadual, integrantes da sociedade civil, dentre outros subscritores.

SÃO PAULO

Na manhã do dia 26 de janeiro, ANPT foi representada pela diretora de assuntos legislativos, Mariana Flesch Fortes, durante a primeira reunião da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo (Coetrae-SP), realizada na Secretaria de Justiça da capital paulista. O objetivo do encontro foi a estruturação da nova Coetrae, bem como unir os discursos e atuações de diversos órgãos interessados nessa questão. **N**

Foto: Ascom/ Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SP



Diretora de assuntos legislativos da ANPT representou a entidade

Frentas discute estratégias de atuação conjunta e reestruturação

Foto: Ascom/ANPT

Integrantes da Frente Associativa da magistratura e do Ministério Público da União (Frentas) estiverem reunidos no dia 17 de janeiro, na sede da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF). O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade durante o encontro, que teve como foco a discussão sobre as metas e desafios a serem tratados pela Frentas ao longo de 2012.

Sob a coordenação do juiz Gilmar Soriano, presidente da Amagis, o grupo definiu que o trabalho em conjunto das associações que compõem a Frentas com a Associação dos Magistrados Brasileiro (AMB) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) deverá ser fortalecido, nos temas que representam interesses comuns das entidades. Ficou acertado, também, que a Frentas deverá passar por uma reestruturação, ganhando um estatuto, material produzido exclusivamente para a Frente Associativa e outras medidas correlatas.

Discutiram-se, ainda, e de maneira especial, estratégias que se pretende ado-



Reunião definiu rumos dos trabalhos da Frentas em 2012

tar em relação ao acompanhamento de matérias de grande interesse para as carreiras, a exemplo do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, valorização de tais categorias, política de recomposição dos subsídios, dentre diversas outras questões.

Outro ponto abordado durante a reunião foi a possibilidade de se ter representantes ou delegados da Frentas em todo o país, numa espécie de projeção da Frente Associativa nos Estados, com o objetivo de expandir ainda mais a sua

atuação e, inclusive, abrir o leque de abrangência dos temas tratados pelo grupo, o que, conseqüentemente, tornará os trabalhos ainda mais significativos para todas as categorias ali representadas.

Já no dia 14 de fevereiro, o grupo esteve reunido novamente, tendo-se intensificado a discussão acerca da necessidade de uma estratégia de atuação conjunta no Congresso Nacional em matérias de grande interesse para as carreiras. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, assim como o vice-presidente, também, participaram dessa reunião. **N**

Diretoria da ANPT acerta detalhes sobre o XVII CNPT



Foi realizada nos dias 7 e 8 de fevereiro reunião de diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Na pauta, providências para a realização do XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que acontece em Brasília, de 19 a 22 de abril de 2012. O tema central do evento será “Ministério Público Brasileiro”.

Entre os pontos abordados durante a reunião, o grupo discutiu a criação de gratificação para o exercício de cargos de gestão no MPT. Ainda durante o encontro, foi debatido o encerramento dos trabalhos da Comissão de Estudos do Código do Trabalho, assim como outros temas relevantes, relacionados com a atuação dos membros da categoria.

Vale lembrar que as inscrições para o XVII CNPT já estão abertas. O evento, promovido pela ANPT, será realizado no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21. **N**

ANPT participa de solenidade de abertura do Ano Judiciário no STF

Na manhã do dia 1º de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou a solenidade de abertura do Ano Judiciário. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da cerimônia, que, logo no início, levantou a questão referente ao momento pelo qual o Judiciário brasileiro tem passado.

O presidente do Supremo, César Peluso, aproveitou a solenidade para contestar as notícias de que o Judiciário estaria em crise. Segundo ele, o debate atual é resultado de progressos como o aumento da transparência e da abertura, e não sintoma de crise ou deficiência do sistema judiciário.

O ministro apresentou números para afirmar que o Judiciário não perdeu a credibilidade, e que a sociedade continua a confiar na Justiça brasileira. “O povo confia, pois, na Justiça brasileira. Se não confiasse, não acorreria ao Judiciário em escala tão descomunal”, disse, destacando que as estatísticas reafirmam uma “explosão de demandas judiciais” – que, em 2011, teriam superado a marca de 23 milhões de sentenças.

Além do vice-presidente da ANPT, representantes de outras entidades associativas, como os presidentes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), César Mattar Jr., da Associação Nacional do



Ministro César Peluso afirmou que o Judiciário não perdeu a credibilidade, e que a sociedade continua a confiar na Justiça brasileira.

Foto: Nelson Jr/STF



Foto: Ascom/Conamp

ANPT se fez presente na abertura do Ano Judiciário no STF

Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel, e da Associação do Ministério Público do Acre (Ampac), Ricardo Carvalho, também participaram da solenidade. **N**

Registro eletrônico de ponto: ANPT divulga nota pública

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), juntamente com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), e com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), divulgou, no dia 17 de fevereiro, nota pública sobre o registro eletrônico de ponto. A entidade foi a público manifestar-se contrariamente à possível aprovação, pelo Senado Federal, do Decreto Legislativo do Senado PDS 593/10 que tem por objetivo sustar a Portaria 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que disciplina o registro eletrônico de ponto.

Segundo afirma a nota, a portaria tem fundamento na legislação, que determina ao MTE expedir instruções quanto à obrigatoriedade de anotação da hora de entrada e saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, para os estabelecimentos com mais de 10 empregados. Possui, ainda, fundamento fático

diante da constatação de fraudes na apuração das horas extras trabalhadas pelos empregados.

A nota defende, também, que a falta da apuração das horas extras causa prejuízos aos empregados não apenas pela falta de pagamento dessas horas trabalhadas, mas, também, pela subtração decorrente de não incidirem em outras verbas trabalhistas. São incontáveis os processos que tramitam na Justiça do Trabalho em que empregados reclamam sobre o pagamento inapropriado. Da mesma forma, são inúmeros os inquéritos e as ações coletivas instaurados pelo Ministério Público do Trabalho, nos quais estão amplamente comprovados, além da corriqueira e reiterada prática de sonegar o pagamento de horas extras, fraudes nos atuais sistemas de marcação de ponto, o que seria evitado com o registro eletrônico instituído pela portaria.

Confira a nota completa no [site www.anpt.org.br](http://site.wwww.anpt.org.br) **N**

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o site: www.compracerta.com.br
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do site da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do site da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o site www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do site da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAO A (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br , vendas.frotista@caoa.com.br ; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do site da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do site, além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do site. O endereço é www.anpt.org.br



“O racismo opera como importante fator da inércia social”

Ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) acredita que atuação conjunta com procuradores do Trabalho gera bons frutos no combate à discriminação.

Quais os maiores problemas enfrentados, atualmente, no combate à discriminação no Brasil?

No que tange ao combate à discriminação racial, penso que o maior problema reside na dificuldade em delimitar exatamente as razões e a origem dessa discriminação. Em outras palavras, é preciso reconhecer que a discriminação tem uma raiz histórica no escravismo e se baseia na vigência do racismo. O combate às desigualdades raciais, ao preconceito e à discriminação deve ter como foco o enfrentamento do racismo, que delinea na sociedade uma visão que estereotipa capacidades e atributos de cada cidadão, culminando no cerceamento às oportunidades que lhe devem ser oferecidas. E ao se configurar como efetivo entrave à possibilidade de ascensão social da população negra, o racismo opera como importante fator da inércia social, naturalizando a existência da desigualdade em qualquer de suas dimensões e reforçando a reprodução da pobreza e da miséria.

Em recente palestra proferida para procuradores do Trabalho de todo o país, o Secretário-Executivo da Seppir, Mário Lisboa Teodoro, comentou que a sociedade está “viciada na desigualdade”. Como e por que isso acontece?

Uma das principais características de uma sociedade moderna e desigual, caso do Brasil, é a profusão de pessoas ofertando serviços pessoais. Nas ruas, nas residências, há um contingente enorme que não tem nada mais a oferecer além de seus serviços pessoais. A classe média depende dos serviços das domésticas, os guardadores de automóvel são fundamentais, e assim observamos que o país funciona em grande parte graças a esses trabalhadores, em sua maior parte, informais. Há uma verdadeira dependência dos serviços pessoais, que em última análise, proliferam em ambiente de desigualdade extrema. Daí a menção à imagem de uma sociedade “viciada na desigualdade”.

Quais são as principais políticas de promoção da igualdade racial atualmente adotadas no combate à discriminação no mundo do trabalho, na fase de contratação e no próprio curso da relação laboral?

De fato, em andamento temos pouca coisa, programas residuais. Mas nós estamos finalizando, no âmbito da Seppir, um grande programa de ação afirmativa, com base nos dispositivos legais do Estatuto da Igualdade Racial, que, no que se refere ao mundo do trabalho, prevê ações de estímulo ao emprego de trabalhadores negros, bem como a destinação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para projetos de geração de emprego e renda e de capacitação para trabalhadores negros. O que se pretende é eliminar o diferencial de rendimentos

e de ocupação existente hoje entre negros e brancos. Segundo cálculos do Ipea, cerca de 40% do diferencial de renda entre esses dois grupos é explicado pelo racismo.

No que tange à atuação dos procuradores do Trabalho, em cujo rol de atribuições está a de zelar pela não discriminação nas relações trabalhistas, quais destacaria, em tal seara, como mais relevantes?

Há uma gama extensa de possibilidades de ação conjunta. O mercado de trabalho brasileiro é gigantesco, abrigando cerca de cem milhões de trabalhadores. Há uma diversidade de situações que ferem a legislação trabalhista e agora também o Estatuto da Igualdade Racial (instituído pela Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010). Trabalhadores negros são discriminados, preteridos em função de sua cor, alijados de programas de treinamento, têm baixíssimos índices de ascensão nas empresas, tudo isso em função do racismo. O MPT tem realizado um trabalho extraordinário junto a alguns segmentos importantes. Cito o caso dos bancos, instados pelo MPT a observar a clivagem racial em suas contratações, o que levou à elaboração de um programa interno de valorização da diversidade racial e de gênero dentro da rede bancária. Há ainda o caso dos supermercados e muitos outros, que deverão seguir um mesmo caminho. **N**

Procuradores-chefes de todo o país e coordenadores nacionais do MPT reúnem-se em Brasília

Procuradores-chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho de todo o país estiverem reunidos nos dias 29 de fevereiro e 1º de março na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, para debater projetos estratégicos a serem realizados no âmbito de suas Regionais, dentre diversos outros temas de interesse para todos os membros do MPT. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) foi representada pelo seu vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, durante os dois dias de



Foto: Ascom/ANPT

Durante os dois dias de reunião, os participantes buscaram soluções para diversos temas.

encontro, que contou, também, com a participação dos coordenadores nacionais do MPT.

No segundo dia de reunião, o ministro interino da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(SEPPIR), Mario Theodoro, falou aos participantes sobre as políticas brasileiras de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade. Ele destacou que o MPT é parceiro fundamental no combate à desigualdade racial no país.

Durante os dois dias, os participantes buscaram soluções para temas como planejamento estratégico, lotação de membros e servidores, realização de forças-tarefa, alteração da Resolução 86, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), dentre vários outros. **N**

Comissão discute melhorias para o Plan-Assiste

Foi realizada no dia 8 de fevereiro, na sede da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), reunião da comissão criada pela entidade para estudar e apresentar sugestões de melhorias no Programa de Saúde e Assistência Social (Plan-Assiste). O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a diretora de relações institucionais, Isabella Gamei-

ro da Silva Terzi, e os associados Marco Antonio Costa Prado e João Felipe Moreira Lacerda Sabino participaram da reunião, que contou com a presença, também, de integrantes do Conselho Administrativo do próprio plano.

A Comissão tem por objetivo buscar a melhoria da cobertura do Plan-Assiste, incluindo a possibilidade de credenciamen-

to de outros planos, a exemplo da Cassi, a ampliação dos benefícios, a otimização da sustentabilidade atuarial, a extinção ou, pelo menos, a redução da participação dos beneficiários, notadamente no que concerne ao custeio de consultas, internações, exames e procedimentos em geral, além do aperfeiçoamento e da agilização de procedimentos. **N**

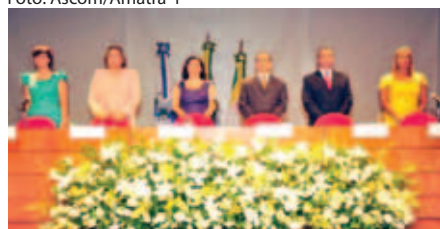
Presidente da ANPT participará de painel no Conamat

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, esteve reunido no mês de fevereiro com a diretora de aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, e com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alberto Bresciani, para falar so-

bre painel dedicado aos aposentados no 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), no qual Caixeta e o ministro serão painelistas. O evento será realizado de 1º a 4 de maio em João Pessoa (PB). **N**

Empossada nova diretoria da Amatra-1

Foto: Ascom/Amatra-1



Diretora da ANPT representou a entidade

A diretora de relações institucionais da ANPT, Isabella Gameiro da Silva Terzi, participou, no dia 2 de fevereiro, da solenidade de posse da nova diretoria e do conselho fiscal da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra-1). Cerca de 150 pessoas prestigiaram a cerimônia que empossou, como presidente da entidade, a juíza Áurea Sampaio.

Compuseram a mesa da solenidade, além da juíza, a presidente do TRT/RJ, Maria de Lourdes Sallaberry, a procuradora-chefe da PRT-1, Teresa Basteiros, o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e a vice-presidente da AMB, Renata Gil Videira. **N**